



Mobral, uma tentativa ineficiente de ensinar: o resultado, freqüentemente, é a regressão ao analfabetismo

## O analfabetismo aumentou

ALUIZIO MARANHÃO

Em novembro de 1974, o pesquisador do Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA), Cláudio de Moura Castro, concluiu um documento intitulado: O Mobral e a Alfabetização no Brasil. Carimbado com a chancela de "circulação reservada", o texto original foi reproduzido seis vezes, sendo todas as cópias numeradas para evitar qualquer vazamento para mãos indesejáveis. Algumas cópias subiram a altos escalões do governo e, desde então, nunca mais se ouviu falar no trabalho. Na pág. 83, ISTOÉ publica em primeira mão um resumo do documento do IPEA.

O que de tão horrível trazia O Mobral e a Alfabetização no Brasil? Críticas sérias e fundamentadas a uma das meninas dos olhos do governo, um dos seus mais preciosos programas-impacto da Revolução, aquele que iria praticamente erradicar o analfabetismo nesta terra. O Mobral — Movimento Brasileiro de Alfabetização.

**Padrinho forte.** Sabe-se que o estudo foi para as mãos do ministro do Planejamento, Reis Velloso, daí até a mesa de trabalho do presidente da República, Ernesto Geisel. O seu destino era o Conselho de Desenvolvimento Social (CDS), onde teria sido discutido e, inclusive, teria recebido o apoio de alguns dos seus

**É o que prova o IBGE, agora, e o que já previa o IPEA, desde 1974**

membros.

O trabalho, em linhas gerais, propõe uma total reformulação do Mobral, visando torná-lo mais realista e eficaz. Sugere, por exemplo, que o programa seja "mais seletivo" (ver as razões no resumo que ISTOÉ publica do documento); tome algumas medidas para evitar a regressão ao analfabetismo; enfatize os cursos dentro de empresas etc. Nenhuma dessas sugestões foi colocada em prática, apesar do apoio dado ao documento dentro do CDS. Por quê? Segundo se comenta, algumas autoridades não quiseram se confrontar com o forte padrinho com quem contava — e certamente ainda conta — o Mobral. O já então ministro da Fazenda, professor Mário Henrique Simonsen.

**Tranqüilidade.** O tempo passou e,

agora, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) acaba de divulgar os dados da sua Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), apurada em 1976, com a revelação de que, de 73 a 76, aumentou a parcela de analfabetos entre as pessoas nas faixas de 5 a 9 anos e nas superiores a 10 anos de idade (leia tabela na pág. 83). Era o que o IPEA previa em 74.

Durante todos esses anos, o Mobral revelou estatísticas fantásticas e animadoras. Quem contestaria os seus números? A PNAD-76 ainda não tinha saído e o Mobral contava com o monopólio da informação nessa área. Havia algumas teses de mestrado sobre o assunto, mas elas estavam nas prateleiras do mundo acadêmico, longe de qualquer repercussão. E existia O Mobral e a Alfabetização no Brasil, protegido pela salvaguarda do carimbo "circulação reservada".

Assim que a Folha de S. Paulo publicou os dados sobre analfabetismo da PNAD-76, comparando-os com a pesquisa de 73, o Mobral veio a público contestar as estatísticas. Seria interessante que os responsáveis pelo Mobral discutissem publicamente, agora, as críticas que lhes foram feitas em 74 pelo IPEA, levantando falhas confirmadas pela PNAD.



## Mobral: as razões da falência

Logo no início, o estudo do IPEA, feito por Cláudio de Moura Castro, coloca algumas perguntas. "Até que ponto devemos buscar a *alfabetização universal*? No presente estágio do Brasil, que proporção de analfabetos poderá ser beneficiada pela educação oferecida pelo Mobral? Mais especificamente, qual o sentido da alfabetização para algumas faixas relevantes da população de analfabetos? E, mais ainda, qual o efeito dos programas oferecidos pelo Mobral sobre estes diferentes grupos?"

Neste ponto, o estudo do IPEA levanta o problema que, quatro anos depois, seria confirmado pelo IBGE. "Podemos perguntar se o domínio da leitura e escrita de alguma forma afeta diferentes dimensões da vida de determinados grupos de pessoas, e podemos, também, perguntar se o programa oferecido pelo Mobral consegue, de fato, deixar efeitos duradouros."

Cláudio de Moura Castro alertava que "não podemos *a priori* excluir as hipóteses de que muitos não chegam a aprender a ler e escrever, muitos regressam ao analfabetismo após certo tempo ou de que para muitos a alfabetização não chega a alterar suas

percepções básicas ou sua produtividade econômica".

E chamava a atenção para o caráter da própria instituição Mobral. Diz o estudo: "Ao invés de modernizar as burocracias, sistematicamente optamos pela criação de um novo organismo, visando atender algum problema mais urgente, superimpondo-se de maneira incômoda às velhas burocracias já existentes".

O Mobral é mais uma nova burocracia superimposta à velha burocracia do Ministério da Educação e Cultura", explica o documento.

**E a justiça social?** Segue-se um capítulo que investiga os impactos na sociedade que se poderia esperar do Mobral. "(...) O Mobral tem uma grande responsabilidade perante seus alunos. São em sua grande maioria pessoas a quem a sociedade vem negando a sua prodigalidade e frustrando pela sua posição residual na sociedade. É uma questão grave de justiça social o grau de satisfação das expectativas criadas pelo Mobral. Se promessas de alfabetização e seus benefícios subseqüentes não passam de quimeras, estaremos mais uma vez frustrando exatamente aqueles para quem a frustração tem sido a constante mais previsível em suas vidas."

No capítulo seguinte, o terceiro do estudo intitulado *Quem Pode Ser Alfabetizado?*, Cláudio de Moura Castro relaciona uma série de experiências acumuladas em cursos de alfabetização. Uma das constatações feitas nesses cursos, em vários lugares do mundo, é a de que problemas de saúde física, tanto em

adultos como em crianças, dificultam a aprendizagem. Aqui, o trabalho do IPEA revela um dado extraído da tese de mestrado *A Clientela do Mobral*, defendida na PUC do Rio por Nair Paiva Speranza: "Em turmas do Mobral, 39% dos alunos indicaram problemas de doença, alimentação ou problemas de visão".

**A regressão.** O Mobral é um curso de curtíssima duração. A experiência internacional contesta esse princípio. Afirma o trabalho do IPEA: "Calcula-se que somente com programas de vários anos (em geral mencionam-se cinco) a alfabetização é um processo irreversível. De fato, estima-se que a grande maioria dos graduados nas campanhas curtas de alfabetização regride ao analfabetismo por falta de uso dos conhecimentos adquiridos".

Continua o trabalho: "É interessante observar que, em países onde a educação tem efetivamente recebido alta prioridade, os programas de alfabetização são de longa duração. Na União Soviética, no período pós-revolucionário, os programas para analfabetos tiveram duração de quatro anos. Em Israel, o programa de alfabetização dura quatro anos, seguidos de mais três, sendo dada grande ênfase à continuidade do processo. Os programas, quando curtos, são particularmente intensivos. Por exemplo, no Exército de Israel há um programa de três meses. Contudo, são sete horas de aulas diárias, seguidas de duas horas adicionais de estudo individual e mais atividades extracurriculares de caráter educacional".

"(...) A psicologia da aprendizagem

## Analfabetismo no Brasil

(Mil pessoas)

Regiões	Total da população entre 5 e 9 anos		Número e proporção de analfabetos na população de 5 a 9 anos		Total da população de mais de 10 anos		Número e proporção de analfabetos na população de maiores de 10 anos	
	1973	1976	1973	1976	1973	1976	1973	1976
I. Rio de Janeiro	1.223	1.152	500 (41%)	610 (53%)	7.541	8.531	835 (11%)	1.042 (12%)
II. São Paulo	2.501	2.366	1.229 (49%)	1.279 (54%)	14.682	16.875	1.958 (13%)	2.024 (12%)
III. Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul	2.701	2.633	1.341 (50%)	1.541 (58%)	12.808	15.057	1.877 (15%)	2.245 (15%)
IV. Minas Gerais, Espírito Santo	2.066	1.930	1.078 (52%)	1.184 (61%)	9.708	10.702	1.877 (19%)	2.288 (21%)
V. Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia	4.742	4.876	3.126 (66%)	3.945 (81%)	20.737	22.879	8.366 (40%)	9.975 (44%)
<b>TOTAL</b>	<b>13.233</b>	<b>12.957</b>	<b>7.274 (55%)</b>	<b>8.559 (66%)</b>	<b>65.476</b>	<b>74.044</b>	<b>14.913 (28%)</b>	<b>17.574 (24%)</b>
<b>Variação 1973/76</b>	<b>-2,1%</b>		<b>17,7%</b>		<b>13,1%</b>		<b>18,0%</b>	

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) 1973 e 1976/IBGE



# DOCUMENTO

nos mostra com segurança que há limiares e descontinuidades na aquisição de certas qualificações e conhecimentos. Se um mínimo de prática ou domínio não for atingido, pode ocorrer regressão. De fato, a literatura sobre a alfabetização é rica em exemplos de retorno ao analfabetismo e de advertências quanto a esse perigo."

**Exemplos.** Para dar uma idéia da importância do problema da regressão ao analfabetismo, o estudo do IPEA cita um trabalho de Maria de Lourdes Favero, apresentado como tese de mestrado na PUC do Rio, sobre o projeto de reforma agrária de Iguatemi. Maria de Lourdes investigou 785 famílias, dividindo os seus membros em três níveis de educação: alfabetizados, semi-alfabetizados e analfabetos.

"Verificou-se que o nível de educação raramente explica diferenças marcantes no que concerne a práticas agrícolas. Por exemplo, não há diferença significativa entre os grupos no que se refere a formas e tipos de cultura, tratamento de sementes, aplicação de defensivos, rotação de culturas, hábito de plantar a favor das águas, utilização dos lucros, participação em cooperativa e sindicato e muitos outros aspectos menos relacionados com a produção."

Por isso, "faz bastante sentido afirmar que, sendo o uso da leitura e escrita tão periférico na vida do indivíduo, somente um programa de alfabetização longo e bem-feito poderá garantir a permanência desse conhecimento (...). Exceto em projetos onde verdadeiramente se integrem educação e trabalho, a escola não poderá abandonar o alfabetizado rapidamente, antes que haja fixação dos hábitos de comunicação escrita".

O estudo do IPEA conclui que, por esse motivo, é ainda maior no meio rural a importância do ciclo de "educação integrada" do Mobral, uma espécie de extensão do curso básico. Entretanto, apenas uma parcela de aproximadamente 20% dos matriculados no curso básico chega ao ciclo de extensão (leia tabela na pág. 84). E o mais grave é que, "segundo as informações do Mobral, 70% da sua clientela estão no meio rural", o que, afirma o estudo do IPEA, "torna mais vulnerável a decisão de operar um programa onde somente 1/5 dos alfabetizados tem acesso ao ciclo de 'educação integrada'".

**Dupla contagem.** O trabalho analisa a

tabela montada com as estatísticas sobre os resultados do programa. Olhando os números, fica claro que "quase a metade (dos matriculados) não chega ao fim da alfabetização básica e menos de 20% chegam a iniciar a segunda fase. Por muito que tenha sido reduzida a perda dentro desta segunda fase", continua, "é inevitável que o número dos que terminaram com sucesso a segunda etapa esteja próximo de 1/10 dos que iniciaram".

E mais: "Informam funcionários do Mobral que é muito freqüente as pessoas se matricularem pela segunda vez no programa funcional. De fato, haveria mesmo em algumas turmas uma vasta proporção de alunos nessas condições e mesmo uma fração não desprezível de matriculados terceira vez. Infelizmente não há estatísticas que confirmem essa observação".

"Cabe porém enfatizar duas conseqüências. O conteúdo do curso é muito simples, não transmitindo senão técnicas de leitura e escrita; um curso repetido é sinal de que o aluno não se alfabetizou na primeira fase, sugerindo dislexia ou disfuncionalidade da alfabetização." E, agora, uma conseqüência grave dessa repetição do curso: uma dupla contagem do matriculado. Ou seja, "aqueles que cursam duas vezes são contados como dois analfabetos a mais, quando, na verdade, deviam ser contados como um a mais".

Ainda neste capítulo, o estudo do IPEA questiona a qualificação dos alfabetizadores do Mobral, fazendo ressaltar de que em um programa bem-conduzido "é possível superar a desvantagem da utilização de alfabetiza-

dos leigos". Segundo o trabalho, "em 1972, cerca da metade dos alfabetizadores do Mobral não tinha primário completo (...). Apenas 13% eram normalistas formadas". No entanto, foi constatado pelo IPEA um outro problema nesta área, a grande rotatividade dos professores. "No município de São Paulo, 32% foram substituídos em um ano." Comentário do estudo: "A falta de treinamento formal pode ser substituída pela experiência, mas, não havendo nem essa escolaridade nem experiência, os resultados ficam comprometidos".

Depois de novamente levantar a suspeita de que deve ser grande a regressão ao analfabetismo entre os formados pelo Mobral, o estudo toca no problema da qualidade da avaliação que o programa faz dos seus alunos. "O decálogo do Mobral é a base de avaliação segundo a qual se considera o aluno alfabetizado quando é capaz de, com relativo desembaraço, ler e escrever seu próprio nome e endereço; escrever pequenos bilhetes; resolver problemas simples; somar ou conferir notas de compras."

"Verifica-se, portanto, tratar-se de um critério subjetivo, preso ao julgamento da professora", conclui o estudo de Cláudio Moura Castro. "Torna-se particularmente difícil avaliar no todo o significado dessas exigências. Alfabetizadores e orientadores do Mobral, em entrevistas informais, enfatizaram a precariedade dos critérios, indicando que é prática difundida conferir o diploma como prêmio de esforço e assiduidade a alunos que não revelaram aproveitamento suficiente."

Longe da meta. Mais adiante — depois

## Resultados do sistema Mobral: matrículas e aprovações

(Mil pessoas)

Anos	Alfabetização funcional (1)		Educação integrada (2)	
	Matriculados	Alfabetizados	Assistentes	Aprovados
1970	510 (100%)	170 (33%)	-	-
1971	2.570 (100%)	1.093 (44%)	33 (1%)	8 (0,3%)
1972	4.285 (100%)	2.016 (47%)	817 (19%)	* (5%)
1973	5.033 (100%)	2.013 (40%)	928 (18%)	* (4%)
1974 (3)	2.574 (100%)	1.210 (47%)	972 (38%)	* (9%)
<b>TOTAL</b>	<b>14.972 (100%)</b>	<b>6.502 (43%)</b>	<b>2.750 (18%)</b>	<b>* (4%)</b>

Fonte: IPEA

(1) Curso básico, com duração de 5 a 6 meses

(2) Extensão do básico, com o mesmo período de duração

(3) Primeiro semestre

\* Estimativa

ver obs. no texto original de C. H. C.

são dados de conveniados e não de matriculados